



ST5 – POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO SOCIAL E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS POR MEIO DO ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL (IEGM)

EVALUATING PUBLIC POLICIES OF BRAZILIAN MUNICIPALITIES THROUGH THE MUNICIPAL MANAGEMENT EFFECTIVENESS INDEX (MMEI)

João Eduardo LINHARES¹, Marcos Junior MARINI², Marcio GAZOLLA³,
Gilson Ditzel SANTOS⁴

Resumo: O Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) foi desenvolvido para verificar a efetividade das políticas públicas, a fim de avaliar a qualidade dos gastos dos municípios. A presente pesquisa analisou o nível de desenvolvimento das regiões brasileiras a partir da perspectiva do IEGM. Foi realizada uma pesquisa descritiva em fontes secundárias, no espaço temporal de 2015 a 2018, contemplando municípios brasileiros de todos os estados e regiões do país. Os dados foram agrupados conforme as faixas de avaliação: municípios com resultados efetivos, formados pelas faixas A, B+ e B; e municípios com resultados em adequação, formados pelas faixas C+ e C. Verificou-se que os índices setoriais educação, saúde e gestão fiscal são os que apresentaram os melhores resultados do IEGM, enquanto as dimensões cidades protegidas, governança em TI, meio ambiente, e planejamento revelam ser as áreas mais deficitárias. Nas avaliações regionais, é possível notar que as regiões norte e nordeste apresentam maior parcela dos municípios em faixas em adequação do IEGM, enquanto as regiões sul e sudeste, apresentam resultados com maior efetividade. Estes resultados revelam a necessidade de aprimorar as políticas públicas, visando alcançar maior efetividade nos municípios, promovendo, desta forma, o desenvolvimento sustentável da região na qual está inserido.

Palavras-chave: Índice de efetividade. Gestão municipal. Desenvolvimento regional. Municípios brasileiros. Tribunal de Contas.

Abstract: The Municipal Management Effectiveness Index (MMEI) was developed to verify the effectiveness of public policies, in order to evaluate the quality of expenses of municipalities. This piece of research analyzed the degree of development of Brazilian regions based on MMEI. A descriptive research was carried out in secondary sources, ranging from 2015 to 2018, encompassing Brazilian municipalities of all states and regions. Data was grouped in terms of evaluation sections: the municipalities whose results were effective, formed by the sections A, B+ and B; and the municipalities whose results were in adequacy, formed by the sections C+ and C.

¹ Doutorando em Desenvolvimento Regional no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Professor do Instituto Federal de Santa Catarina. E-mail: jelinhares@gmail.com.

² Doutor em Tecnologia. Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Campus de Pato Branco. E-mail: marini@utfpr.edu.br.

³ Doutor em Desenvolvimento Rural e Professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)/Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR). E-mail: marciogazolla@utfpr.edu.br.

⁴ Doutor em Administração. Professor dos Programas de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Engenharia de Produção e Sistemas da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. E-mail: ditzel@utfpr.edu.br.



II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

It was possible to verify that the sectorial index of education, health, and fiscal management presented the best results in terms of MMEI, while the protected cities dimension, IT management, environment, and planning have shown to be the most deficient areas. In the regional evaluation, it is possible to notice that the North and Northeastern regions have the greatest adequacy sections of MMEI, while the South and Southeast presented the most effective results. These results have revealed the need to improve public policies aiming to reach higher effectiveness in the municipalities, in order to promote, therefore, the sustainable development of the region which they belong to.

Keywords: Effectiveness index. Municipal management. Regional development. Brazilian municipalities. Audit Office.

INTRODUÇÃO

A busca por maior efetividade nas políticas públicas é um anseio tanto de gestores públicos quanto da sociedade. É por meio das políticas que os serviços públicos são prestados, atendendo ao anseio da população. Todos os propósitos e plataformas eleitorais são traduzidos em programas de governo, e recebem a nomenclatura de políticas públicas (PP's). O objetivo de uma política pública é colocar o governo em ação (SOUZA, 2006). No entanto, nem sempre as PP's seguem a mesma prioridade dos discursos eleitorais, podendo ocorrer a prática da “falácia, do engodo eleitoral” (DORNELLAS; OLIVEIRA; FARAH JÚNIOR, 2017, p. 100).

Existem diversos mecanismos e formas para realizar a avaliação das políticas públicas, entre eles os índices formulados por órgãos independentes ou de controle. Destaca-se a iniciativa do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) e o Instituto Rui Barbosa (IRB), que desenvolveram uma ferramenta de indicadores denominada de Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM), criado em 2014, com o objetivo de medir resultados, corrigir rumos, reavaliar prioridade e consolidar o planejamento público (IRB, 2017; TCE-SP, 2014). Em 2016, esta ferramenta passou a ser adotada pelos tribunais de contas de todo o país. O IEGM tem por finalidade verificar a efetividade das políticas e atividades públicas desenvolvidas, a fim de avaliar a qualidade dos gastos dos municípios. Além disso, busca identificar se a visão e os objetivos estratégicos estão sendo alcançados de forma efetiva (PASSOS; AMORIM, 2018). De acordo com o Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE-SC), o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) “mede a qualidade dos gastos municipais e avalia as políticas e atividades públicas do gestor municipal” (TCE-SC, 2019, p. 3).

Indicadores como estes permitem verificar qual é o nível de desenvolvimento de um município ou região sob determinado aspecto, o que revela, de forma evidente e discutida na literatura, a desigualdade entre as regiões brasileiras. É importante destacar que as políticas públicas possuem papel fundamental no desempenho do equilíbrio ou desequilíbrio da federação, tendo um determinado impacto para a realidade social (MEDEIROS; LUCENA, 2017).

Algumas políticas têm o papel de fomentar setores da economia, enquanto buscam alavancar melhorias na qualidade de vida da população. No Brasil, se observam dois tipos principais de políticas públicas: aquelas de distribuição de renda, e aquelas voltadas para o desenvolvimento local (JOYAL; BESSA, 2012). No entanto, é possível verificar que o Brasil possui falhas na



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

aplicação de inúmeras políticas, além de que as instituições democráticas brasileiras existentes não são capazes de dar as condições necessárias para implementar um modelo desenvolvimentista e sustentável (LOURENÇO, 2005).

Diante deste cenário, a discussão sobre o desenvolvimento está intimamente ligada às PP's. Para poder aferir o nível de desenvolvimento, é preciso avaliar as PP's para entender como estas são capazes de melhorar as dimensões ambiental, econômica e social do desenvolvimento sustentável. Neste sentido, a presente pesquisa busca analisar as políticas públicas dos municípios brasileiros por meio do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM), possibilitando assim, contribuir com a análise do nível de desenvolvimento das regiões.

Neste sentido, cabe ressaltar que a pesquisa é relevante, pois o IEGM é um índice recente e pouco explorado na literatura científica. Ademais, para os gestores públicos, este trabalho revela a importância do índice, proporcionando uma visão geral sobre o desenvolvimento das regiões brasileiras.

O trabalho está estruturado da seguinte maneira: a seção de introdução, seguida pela seção de revisão de literatura, metodologia, discussão e análise dos resultados e considerações finais.

METODOLOGIA

O IEGM foi lançado em 2014 no Estado de São Paulo, mas a partir de 2016 foi utilizado por diversos Estados brasileiros. Portanto, as informações disponíveis do IEGM compreendem o espaço temporal 2015 até 2018. Para extrair e compilar os dados secundários, foram necessárias diferentes fontes de dados. Os dados do ano de 2015, estão disponibilizados por meio de um documento publicado pelo Instituto Rui Barbosa, denominado de Índice de Efetividade de Gestão Municipal – 1º Anuário 2015 (IRB, 2016). Destaca-se que apenas os estados do Paraná, Pará, Pernambuco e Mato Grosso, não participaram da primeira versão nacional do índice. Os dados do IEGM de 2016, foram extraídos dos sites dos Tribunais de Contas dos Estados (TCE) e Tribunais de Contas de Municípios (TCM) de cada ente da federação. Destaca-se que alguns tribunais não disponibilizaram os dados completos do IEGM 2016, o que reduziu a quantidade de amostra no referido ano.

Em 2016, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (ATRICON) deu início a um processo de consolidação do IEGM a nível nacional, criando a Rede Nacional de Indicadores Públicos, cujo objetivo principal era de levar a adesão do IEGM para todos os municípios brasileiros (ATRICON, 2016). Assim, a partir da criação da rede, os dados foram centralizados no portal do Instituto Rui Barbosa, possibilitando coletar de forma centralizada os dados do IEGM dos anos de 2017 e 2018.

Em síntese, foram obtidos dados de 4.030 municípios referentes a 2015; de 3.437 municípios de 2016; de 5.326 municípios de 2017; e referente ao IEGM de 2018, foram 4.787 municípios. Os dados foram agrupados de acordo com as macrorregiões do Brasil: Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul.



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

Para elaborar o IEGM, o TCE-SP selecionou dimensões estratégicas no contexto das finanças públicas, valendo-se de dados governamentais, programas de auditoria e informações obtidas por meio de questionários respondidos pelos municípios (TCE-SP, 2014). Estas dimensões contemplam aspectos de bem-estar social, e evidenciam áreas que demandam maior gasto público (por ex. educação e saúde) (PASSOS; AMORIM, 2018; TCE-SC, 2019). As dimensões são demonstradas no quadro 1:

Quadro 1 – Dimensões do Índice de Efetividade de Gestão Municipal

Dimensões	Objetivo
Índice Municipal da Educação (i-EDUC):	mede os resultados das ações na área de educação infantil e ensino fundamental, com foco na infraestrutura escolar. Também inclui aspectos da avaliação escolar, planejamento de vagas, atuação do Conselho Municipal de Educação, alimentação escolar entre outros;
Índice Municipal da Saúde (i-SAÚDE):	tem ênfase na atenção básica, programa saúde da família, atuação do Conselho Municipal de Saúde, atendimento a doenças, prevenção, campanhas de vacinação e orientação à população, entre outros;
Índice Municipal do Planejamento (i-PLANEJAMENTO):	avalia o planejamento e a execução dos orçamentos, com atenção a metas físicas e indicadores dos programas;
Índice Municipal da Gestão Fiscal (i-FISCAL):	avalia a execução financeira e orçamentária, bem como transparência e atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal;
Índice Municipal do Meio Ambiente (i-AMB):	mede o resultado de políticas relativas ao meio ambiente, incluindo resíduos sólidos, saneamento, educação ambiental e atuação de Conselho Municipal;
Índice Municipal de Cidades Protegidas (i-CIDADE):	avalia o planejamento de ações de proteção aos cidadãos, com especial atenção a sinistros, desastres, planos de contingência e atuação da defesa civil;
Índice Municipal de Governança de Tecnologia da Informação (i-GOV TI):	realiza um diagnóstico do conhecimento e uso dos recursos de Tecnologia da Informação, segurança da informação, capacitação de pessoal e transparência.

Fonte: Adaptado de (IRB, 2016).

Para Passos e Amorim (2018) o IEGM é um indicador de controle do gasto público, que possibilita medir com inteligibilidade e simplicidade, o quanto os municípios conseguem satisfazer das necessidades dos cidadãos, através da avaliação das políticas públicas.

O índice é formado por 07 índices setoriais (educação, saúde, planejamento, gestão fiscal, meio ambiente, cidades protegidas e governança em tecnologia da informação). Os resultados dos índices setoriais do IEGM são apresentados em faixas, conforme demonstrado na figura 1.



Figura 1 – Faixas de resultados do Índice de Efetividade de Gestão Municipal

Nota	Faixa	Critério
A	Altamente efetiva	IEGM com pelo menos 90% da nota máxima e, no mínimo, 5 índices componentes com nota A
B+	Muito efetiva	IEGM entre 75,0% e 89,9% da nota máxima
B	Efetiva	IEGM entre 60,0% e 74,9% da nota máxima
C+	Em fase de adequação	IEGM entre 50,0% e 59,9% da nota máxima
C	Baixo nível de adequação	IEGM menor que 50%

Fonte: IRB (2016).

Para análise dos dados, considerou-se dois grupos de resultados: municípios com resultados efetivos, formados pelas faixas A, B+ e B; e municípios com resultados em adequação, formados pelas faixas C+ e C.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados do IEGM dos municípios foram agrupados por ano e por unidade da federação (UF), conforme demonstrado no quadro 2. É importante destacar o Brasil possui 5.570 municípios, e o número de dados disponíveis permitiu uma representatividade de 72,3% em 2015, 61,7% em 2016, 95,6% em 2017 e 85,9% em 2018. Isso demonstra que a estratégia dos tribunais de contas de criar um indicador de avaliação a nível nacional, está recebendo grande adesão dos municípios, atingindo aos objetivos propostos pela Rede Nacional de Indicadores Públicos.

Quadro 2 – Municípios brasileiros por Estado e Região que disponibilizam dados do IEGM

Região	UF	2015	2016	2017	2018
Norte	RO	50	52	52	52
	AC	22	-	22	22
	AM	3	-	41	28
	RR	7	-	11	15
	PA	-	97	117	144
	AP	-	-	14	14
	TO	126	-	136	139
	Total Região		208	149	393
Nordeste	MA	148	200	217	215
	PI	143	-	220	224
	CE	51	72	184	184
	RN	159	167	167	167
	PB	223	-	223	223
	PE	-	-	159	168
	AL	38	-	102	102
	SE	75	75	75	75
	BA	361	230	410	417
	Total Região		1.198	744	1.757
Sudeste	MG	850	837	851	869
	ES	77	78	78	78
	RJ	36	-	92	92
	SP	644	644	645	1



II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
 III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
 04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

	Total Região	1.607	1.559	1.666	1.040
Sul	<i>PR</i>	-	-	335	396
	<i>SC</i>	295	295	295	295
	<i>RS</i>	482	497	463	476
	Total Região	777	792	1.093	1.167
Centro-Oeste	<i>MS</i>	61	-	79	79
	<i>MT</i>	-	-	104	85
	<i>GO</i>	178	193	233	226
	<i>DF</i>	1	-	1	1
	Total Região	240	193	417	391
TOTAL	4.030	3.437	5.326	4.787	

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

i-Educação

Na dimensão educação, a maioria dos municípios está dentro da faixa de resultados efetivos (A, B+ e B), ou seja, com uma avaliação efetiva das políticas públicas da área, conforme apresentado na tabela 1.

Verificou-se que há mais municípios na faixa de resultados efetivos (57,0%), do que em adequação. Nas avaliações regionais, os municípios das regiões Norte e Nordeste estão na faixa de adequação. Na região Norte, 87,2% dos municípios estavam nas faixas C e C+ em 2016, passando para 73,0% em 2017 e 71,7% em 2018. Apesar da haver uma redução, os dados são menores que os dados de outras regiões, como a região sul, que apresentou 77,6% dos municípios nas faixas de efetividade no ano de 2018. A região Sudeste também se destaca, com 67,8% (2018) dos municípios nas faixas A, B+ e B. Nos anos de 2015, 2016, e 2017 menos de 10% dos municípios das regiões atingiu os níveis A e B+ da avaliação. Em 2018, no entanto, a região Nordeste conseguiu que 11,5% de seus municípios estivesse nas duas faixas mais elevadas. No Nordeste (55,1%) e Centro-oeste (48,1%), os municípios estão mais próximos do equilíbrio entre efetividade e em adequação.

Tabela 1 – i-Educação

Ano	Região	C	%	C+	%	B	%	B+	%	A	%	Total	%
2015	Norte	70	31,5	64	28,8	73	32,9	15	6,8	0	0,0	222	100
	Nordeste	334	27,9	364	30,4	402	33,6	94	7,8	4	0,3	1198	100
	Sudeste	244	15,2	343	21,3	626	39,0	368	22,9	26	1,6	1607	100
	Sul	49	6,3	176	22,7	369	47,5	178	22,9	5	0,6	777	100
	Centro-Oeste	37	15,4	60	25,0	100	41,7	39	16,3	4	1,7	240	100
	Total	734	18,2	1007	24,9	1570	38,8	694	17,2	39	1,0	4044	100
2016	Norte	185	64,0	58	20,1	39	13,5	7	2,4	0	0,0	289	100
	Nordeste	352	47,3	200	26,9	150	20,2	40	5,4	2	0,3	744	100
	Sudeste	334	21,4	353	22,6	568	36,4	285	18,3	19	1,2	1559	100
	Sul	127	16,0	206	26,0	335	42,3	123	15,5	1	0,1	792	100
	Centro-Oeste	53	27,5	58	30,1	61	31,6	20	10,4	1	0,5	193	100
Total	1051	29,4	875	24,5	1153	32,2	475	13,3	23	0,6	3577	100	
2017	Norte	164	41,7	123	31,3	92	23,4	13	3,3	1	0,3	393	100



II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
 III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
 04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

	Nordeste	528	30,1	585	33,3	542	30,8	98	5,6	4	0,2	1757	100
	Sudeste	296	17,8	389	23,3	749	45,0	232	13,9	0	0,0	1666	100
	Sul	131	12,0	267	24,4	499	45,7	194	17,7	2	0,2	1093	100
	Centro-Oeste	76	18,2	117	28,1	154	36,9	66	15,8	4	1,0	417	100
	Total	1195	22,4	1481	27,8	2036	38,2	603	11,3	11	0,2	5326	100
2018	Norte	185	44,7	112	27,1	95	22,9	22	5,3	0	0,0	414	100
	Nordeste	446	25,1	532	30,0	593	33,4	196	11,0	8	0,5	1775	100
	Sudeste	114	11,0	221	21,3	511	49,1	190	18,3	4	0,4	1040	100
	Sul	70	6,0	191	16,4	565	48,4	331	28,4	10	0,9	1167	100
	Centro-Oeste	102	26,1	86	22,0	140	35,8	62	15,9	1	0,3	391	100
	Total	917	19,2	1142	23,9	1904	39,8	801	16,7	23	0,5	4787	100

Fonte: Elaborada pelos autores (2020).

É importante destacar que embora a região Norte tenha o pior índice, houve um avanço nos dados revelam que, na dimensão educação, os municípios brasileiros, especialmente das regiões Norte e Nordeste, estão em busca da maior efetividade das suas políticas públicas, enquanto as outras três regiões possuem um menor número de municípios em fase de adequação. Medeiros e Lucena (2017) argumentam que a partilha do Fundo de Participação dos Estados de forma inversamente proporcional à renda per capita, juntamente o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), fizeram com que houvesse um incremento nos recursos destinados a educação nas regiões Norte e Nordeste. E foi justamente esta a proposta insculpida na constituição de 1988, a de equilibrar as desigualdades regionais, proporcionando assim a melhoria do índice.

i-Saúde

No índice setorial da saúde, os municípios brasileiros apresentam resultados efetivos, a partir da avaliação do IEGM. Nas três faixas de efetividade, encontram-se cerca de 80% dos municípios em 2015 e 2016, passando para 86% em 2017, chegando a 90% em 2018. Nas avaliações regionais, embora a maior parcela de municípios esteja nas faixas de efetividade, ainda há alguns poucos nas faixas de adequação. Destaca-se que no ano de 2018, as regiões Centro-oeste e Sul tiveram cerca de 3% de municípios nas faixas C e C+, enquanto na região Norte, o percentual foi de 23,4%. Os dados são apresentados na tabela 2.

Tabela 2 – i-Saúde

Ano	Região	C	%	C+	%	B	%	B+	%	A	%	Tota I	%
2015	Norte	12	5,4	32	14,4	79	35,6	88	39,6	11	5,0	222	100
	Nordeste	79	6,6	216	18,0	547	45,7	338	28,2	18	1,5	1198	100
	Sudeste	149	9,3	242	15,1	606	37,7	523	32,5	87	5,4	1607	100
	Sul	17	2,2	59	7,6	239	30,8	345	44,4	117	15,1	777	100
	Centro-Oeste	2	0,8	19	7,9	84	35,0	109	45,4	26	10,8	240	100
	Total	259	6,4	568	14,0	1555	38,5	1403	34,7	259	6,4	4044	100
2016	Norte	52	18,0	65	22,5	121	41,9	47	16,3	4	1,4	289	100
	Nordeste	151	20,3	138	18,5	273	36,7	170	22,8	12	1,6	744	100
	Sudeste	85	5,5	204	13,1	628	40,3	541	34,7	101	6,5	1559	100



II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
 III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
 04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

	Sul	26	3,3	63	8,0	253	31,9	365	46,1	85	10,7	792	100
	Centro-Oeste	11	5,7	14	7,3	79	40,9	72	37,3	17	8,8	193	100
	Total	325	9,1	484	13,5	1354	37,9	1195	33,4	219	6,1	3577	100
2017	Norte	28	7,1	53	13,5	129	32,8	144	36,6	39	9,9	393	100
	Nordeste	78	4,4	212	12,1	783	44,6	614	34,9	70	4,0	1757	100
	Sudeste	87	5,2	213	12,8	693	41,6	603	36,2	70	4,2	1666	100
	Sul	10	0,9	33	3,0	256	23,4	541	49,5	253	23,1	1093	100
	Centro-Oeste	5	1,2	19	4,6	134	32,1	180	43,2	79	18,9	417	100
	Total	208	3,9	530	10,0	1995	37,5	2082	39,1	511	9,6	5326	100
2018	Norte	32	7,7	65	15,7	159	38,4	125	30,2	33	8,0	414	100
	Nordeste	56	3,2	157	8,8	772	43,5	690	38,9	100	5,6	1775	100
	Sudeste	21	2,0	87	8,4	395	38,0	460	44,2	77	7,4	1040	100
	Sul	6	0,5	35	3,0	219	18,8	595	51,0	312	26,7	1167	100
	Centro-Oeste	1	0,3	12	3,1	101	25,8	189	48,3	88	22,5	391	100
	Total	116	2,4	356	7,4	1646	34,4	2059	43,0	610	12,7	4787	100

Fonte: Elaborada pelos autores (2020).

Cumprir avaliar que os resultados de efetividade desta política pública estão em um patamar desejável. Após a constituição de 1988, uma das primeiras políticas públicas a receber uma reestruturação foi a saúde. Além da criação do Sistema Único de Saúde (SUS), que visa integrar União, estados e municípios, ocorreu a criação dos conselhos de saúde, de caráter deliberativo e permanente. Com a composição de pelo menos 50% de representantes da sociedade civil, e efetiva participação no monitoramento e avaliação das ações governamentais, os conselhos ganharam papel de destaque na articulação das políticas públicas de saúde (CICONELLO, 2008). Pode-se considerar que este é um dos fatores de sucesso de que a maior parte dos municípios brasileiros tenha alcançado níveis de efetividade de suas políticas de saúde.

i-Planejamento

A dimensão planejamento, por sua vez, apresenta resultados pouco efetivos, conforme demonstrado na tabela 3. Menos de 20% dos municípios atingiram as faixas de efetividade A, B+ ou B. Os dados de 2017 e 2018 são ainda piores, quando o percentual cai para menos de 10%. O i-Planejamento busca avaliar o cumprimento entre o planejado e o executado, a existência de metas financeiras e físicas nos planejamentos municipais, e os dados revelam que os municípios estão muito aquém do ideal.

Tabela 3 – i-Planejamento

Ano	Região	C	%	C+	%	B	%	B+	%	A	%	Total	%
2015	Norte	186	83,8	24	10,8	9	4,1	3	1,4	0	0,0	222	100
	Nordeste	1083	90,4	106	8,8	3	0,3	5	0,4	1	0,1	1198	100
	Sudeste	469	29,2	455	28,3	443	27,6	184	11,4	56	3,5	1607	100
	Sul	716	92,1	52	6,7	5	0,6	3	0,4	1	0,1	777	100
	Centro-Oeste	219	91,3	20	8,3	1	0,4	0	0,0	0	0,0	240	100
	Total	2673	66,1	657	16,2	461	11,4	195	4,8	58	1,4	4044	100
2016	Norte	260	90,0	26	9,0	2	0,7	1	0,3	0	0,0	289	100



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
 III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
 04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

	Nordeste	680	91,4	60	8,1	3	0,4	1	0,1	0	0,0	744	100
	Sudeste	435	27,9	463	29,7	428	27,5	215	13,8	18	1,2	1559	100
	Sul	690	87,1	95	12,0	3	0,4	4	0,5	0	0,0	792	100
	Centro-Oeste	161	83,4	32	16,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0	193	100
	Total	2226	62,2	676	18,9	436	12,2	221	6,2	18	0,5	3577	100
2017	Norte	347	88,3	39	9,9	1	0,3	4	1,0	2	0,5	393	100
	Nordeste	1617	92,0	111	6,3	1	0,1	25	1,4	3	0,2	1757	100
	Sudeste	751	45,1	515	30,9	273	16,4	122	7,3	5	0,3	1666	100
	Sul	870	79,6	142	13,0	10	0,9	57	5,2	14	1,3	1093	100
	Centro-Oeste	377	90,4	40	9,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0	417	100
	Total	3962	74,4	847	15,9	285	5,4	208	3,9	24	0,5	5326	100
2018	Norte	357	86,2	52	12,6	1	0,2	4	1,0	0	0,0	414	100
	Nordeste	1610	90,7	114	6,4	5	0,3	39	2,2	7	0,4	1775	100
	Sudeste	284	27,3	550	52,9	176	16,9	29	2,8	1	0,1	1040	100
	Sul	877	75,1	125	10,7	34	2,9	82	7,0	49	4,2	1167	100
	Centro-Oeste	372	95,1	15	3,8	0	0,0	4	1,0	0	0,0	391	100
	Total	3500	73,1	856	17,9	216	4,5	158	3,3	57	1,2	4787	100

Fonte: Elaborada pelos autores (2020).

Na avaliação regional, apenas a região Sudeste avança para a faixa de efetividade B com alguma parcela dos municípios, e na faixa em adequação C+, apresenta os resultados de 30,9% em 2017 e 52,9% em 2018. Todas as outras regiões apresentam índices inferiores, sendo que a maior parte dos municípios está na faixa C, com baixo nível de adequação.

Sendo que o planejamento é a base para a programação e execução de políticas públicas, este índice setorial revela que há um déficit muito grande na gestão dos municípios. Na definição de Laswell e Kaplan (1970), as políticas públicas devem ser traduzidas em programas com metas, valores e práticas, o que vem de encontro a proposta da dimensão planejamento do IEGM (BONNAL; CAZELLA; DELGADO, 2011).

i-Fiscal

Na avaliação do índice setorial de Gestão Fiscal, a maior parte dos municípios apresentou resultados efetivos, conforme dados da tabela 4. Em 2015, o índice daqueles enquadrados nas faixas de efetividade A, B+ e B somou 67,0%, enquanto em 2016 atingiu 72,4%, oscilando para 65,5% em 2017, avançando novamente para 73,1% em 2018. De modo geral, é possível verificar que os municípios brasileiros estão com uma boa saúde fiscal, contando com indicadores positivos de execução financeira e orçamentária, transparência e atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Tabela 4 – i-Fiscal

Ano	Região	C	%	C+	%	B	%	B+	%	A	%	Total	%
												1	
2015	Norte	15	6,8	27	12,2	112	50,5	63	28,4	5	2,3	222	100
	Nordeste	149	12,4	220	18,4	591	49,3	219	18,3	19	1,6	1198	100
	Sudeste	388	24,1	409	25,5	488	30,4	313	19,5	9	0,6	1607	100



II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
 III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
 04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

	Sul	17	2,2	70	9,0	334	43,0	335	43,1	21	2,7	777	100
	Centro-Oeste	12	5,0	29	12,1	108	45,0	78	32,5	13	5,4	240	100
	Total	581	14,4	755	18,7	1633	40,4	1008	24,9	67	1,7	4044	100
2016	Norte	29	10,0	55	19,0	101	34,9	93	32,2	11	3,8	289	100
	Nordeste	119	16,0	116	15,6	348	46,8	145	19,5	16	2,2	744	100
	Sudeste	217	13,9	366	23,5	595	38,2	366	23,5	15	1,0	1559	100
	Sul	10	1,3	27	3,4	279	35,2	443	55,9	33	4,2	792	100
	Centro-Oeste	9	4,7	28	14,5	91	47,2	62	32,1	3	1,6	193	100
	Total	384	10,7	592	16,6	1414	39,5	1109	31,0	78	2,2	3577	100
2017	Norte	39	9,9	79	20,1	178	45,3	90	22,9	7	1,8	393	100
	Nordeste	305	17,4	498	28,3	744	42,3	197	11,2	13	0,7	1757	100
	Sudeste	283	17,0	486	29,2	693	41,6	200	12,0	4	0,2	1666	100
	Sul	9	0,8	43	3,9	326	29,8	630	57,6	85	7,8	1093	100
	Centro-Oeste	33	7,9	65	15,6	186	44,6	122	29,3	11	2,6	417	100
	Total	669	12,6	1171	22,0	2127	39,9	1239	23,3	120	2,3	5326	100
2018	Norte	25	6,0	76	18,4	187	45,2	111	26,8	15	3,6	414	100
	Nordeste	201	11,3	327	18,4	844	47,5	382	21,5	21	1,2	1775	100
	Sudeste	130	12,5	257	24,7	402	38,7	243	23,4	8	0,8	1040	100
	Sul	10	0,9	36	3,1	282	24,2	772	66,2	67	5,7	1167	100
	Centro-Oeste	157	40,2	69	17,6	78	19,9	80	20,5	7	1,8	391	100
	Total	523	10,9	765	16,0	1793	37,5	1588	33,2	118	2,5	4787	100

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

A região Sul é a que apresenta melhores índices, sendo 95,3% em 2016, 95,2% em 2017 e 96,1% em 2018 nas faixas de efetividade. A região Sudeste, apresenta os piores resultados, oscilando de 49,6% em 2015 para e 37,2% em 2018, nas faixas de adequação (C+ e C).

No âmbito da gestão fiscal, que aborda principalmente a saúde fiscal, e normas de transparência dos municípios, uma dos principais normativos legais é a Lei Complementar nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (BRASIL, 2000). Além de reger as normas gerais para as finanças públicas, esta lei ainda impõe restrições e penalidades pelo seu descumprimento, motivo pelo qual frequentemente os gestores municipais buscam cumprir as normas.

A LRF foi um marco para as finanças públicas, e depois dela vieram outras leis que reforçaram a necessidade de transparência, e, ainda, a participação do cidadão, exercendo seu direito ao controle social. É no contexto das leis de Responsabilidade Fiscal, da Transparência e de Acesso à Informação que o cidadão ganhou maior espaço para saber como e onde sendo os recursos, em quais políticas públicas que são aplicados (DORNELLAS; OLIVEIRA; FARAH JÚNIOR, 2017).

i-Ambiental

Outro ponto crítico das análises realizadas, se refere ao índice setorial do meio ambiente, uma vez que apenas cerca de 25% dos municípios alcançaram resultados nas faixas de efetividade A, B+ ou B, ano a ano. Dos outros 75% em fase de adequação, a maior parte está na faixa C, cerca de 60%. Os dados do sub-índice foram apresentados na tabela 5.



OBSERVADR





Tabela 5 – i-Ambiental

Ano	Região	C	%	C+	%	B	%	B+	%	A	%	Total	%
2015	Norte	146	65,8	29	13,1	32	14,4	12	5,4	3	1,4	222	100
	Nordeste	1020	85,1	97	8,1	67	5,6	14	1,2	0	0,0	1198	100
	Sudeste	753	46,9	234	14,6	319	19,9	226	14,1	75	4,7	1607	100
	Sul	362	46,6	136	17,5	206	26,5	65	8,4	8	1,0	777	100
	Centro-Oeste	173	72,1	21	8,8	27	11,3	17	7,1	2	0,8	240	100
	Total	2454	60,7	517	12,8	651	16,1	334	8,3	88	2,2	4044	100
2016	Norte	215	74,4	38	13,1	24	8,3	12	4,2	0	0,0	289	100
	Nordeste	634	85,2	66	8,9	35	4,7	7	0,9	2	0,3	744	100
	Sudeste	803	51,5	222	14,2	255	16,4	209	13,4	70	4,5	1559	100
	Sul	409	51,6	129	16,3	177	22,3	71	9,0	6	0,8	792	100
	Centro-Oeste	138	71,5	21	10,9	22	11,4	11	5,7	1	0,5	193	100
	Total	2199	61,5	476	13,3	513	14,3	310	8,7	79	2,2	3577	100
2017	Norte	241	61,3	57	14,5	70	17,8	22	5,6	3	0,8	393	100
	Nordeste	1392	79,2	182	10,4	140	8,0	39	2,2	4	0,2	1757	100
	Sudeste	822	49,3	247	14,8	344	20,6	201	12,1	52	3,1	1666	100
	Sul	453	41,4	187	17,1	287	26,3	141	12,9	25	2,3	1093	100
	Centro-Oeste	249	59,7	66	15,8	66	15,8	26	6,2	10	2,4	417	100
	Total	3157	59,3	739	13,9	907	17,0	429	8,1	94	1,8	5326	100
2018	Norte	252	60,9	49	11,8	82	19,8	27	6,5	4	1,0	414	100
	Nordeste	1317	74,2	218	12,3	167	9,4	65	3,7	8	0,5	1775	100
	Sudeste	617	59,3	162	15,6	173	16,6	71	6,8	17	1,6	1040	100
	Sul	462	39,6	213	18,3	307	26,3	156	13,4	29	2,5	1167	100
	Centro-Oeste	204	52,2	67	17,1	84	21,5	30	7,7	6	1,5	391	100
	Total	2852	59,6	709	14,8	813	17,0	349	7,3	64	1,3	4787	100

Fonte: Elaborada pelos autores (2020).

As regiões com os piores resultados são as regiões Norte e Nordeste. No ano de 2015, 93,2% dos municípios nordestinos estavam na faixa de adequação, sendo 85,1% em baixo nível de adequação. Em 2016, 96,0% dos municípios da região Norte e 94,1% do Nordeste, ficaram nas faixas menos efetivas. Apesar de uma melhora nos anos seguintes, em 2018 os resultados foram: 86,5% do Nordeste e 72,7% do Norte nas faixas C+ e C. A região Centro-oeste apresentou uma leve melhora nos 4 anos, evoluindo de 72,1% para 52,2% dos municípios na faixa C. Mesmo com esta mudança, apenas 30,7% dos municípios da região apresentam níveis de efetividade.

Ferreira e Fonseca (2014) avaliaram a atuação dos conselhos municipais do meio ambiente na região do Médio Piracicaba (MG). Identificaram que a atuação é pouco expressiva, por desconhecimento do real papel do conselho, dificuldade de acompanhamento e controle das deliberações, falta de interesse e disponibilidade dos conselheiros, e a desigualdade de qualificação técnica entre os conselheiros. Estes são desafios que precisam ser debatidos, e que carecem de estratégias para aumentar a efetividade na atuação dos conselhos (FERREIRA; FONSECA, 2014).



OBSERVADR





i-Cidades

A dimensão de cidades protegidas, com foco na proteção dos cidadãos no possível enfrentamento de situações de sinistro e desastres, também revela dificuldades nos municípios brasileiros. Em 2015, 70% dos municípios estavam nas faixas de adequação, passando para 62,7% em 2018, conforme apresentado na tabela 6. Mesmo com uma leve melhora, destaca-se que a maior parte desta parcela está na faixa C de baixo nível de adequação.

Tabela 6 – i-Cidades

Ano	Região	C	%	C+	%	B	%	B+	%	A	%	Total	%
2015	Norte	173	77,9	20	9,0	15	6,8	5	2,3	9	4,1	222	100
	Nordeste	904	75,5	83	6,9	103	8,6	85	7,1	23	1,9	1198	100
	Sudeste	882	54,9	145	9,0	197	12,3	232	14,4	151	9,4	1607	100
	Sul	305	39,3	109	14,0	142	18,3	137	17,6	84	10,8	777	100
	Centro-Oeste	202	84,2	13	5,4	12	5,0	6	2,5	7	2,9	240	100
	Total	2466	61,0	370	9,1	469	11,6	465	11,5	274	6,8	4044	100
2016	Norte	232	80,3	21	7,3	10	3,5	17	5,9	9	3,1	289	100
	Nordeste	540	72,6	65	8,7	65	8,7	58	7,8	16	2,2	744	100
	Sudeste	920	59,0	154	9,9	169	10,8	193	12,4	123	7,9	1559	100
	Sul	318	40,2	94	11,9	139	17,6	160	20,2	81	10,2	792	100
	Centro-Oeste	164	85,0	10	5,2	4	2,1	10	5,2	5	2,6	193	100
	Total	2174	60,8	344	9,6	387	10,8	438	12,2	234	6,5	3577	100
2017	Norte	255	64,9	27	6,9	45	11,5	40	10,2	26	6,6	393	100
	Nordeste	1192	67,8	157	8,9	196	11,2	150	8,5	62	3,5	1757	100
	Sudeste	866	52,0	149	8,9	204	12,2	295	17,7	152	9,1	1666	100
	Sul	273	25,0	117	10,7	251	23,0	269	24,6	183	16,7	1093	100
	Centro-Oeste	305	73,1	34	8,2	35	8,4	33	7,9	10	2,4	417	100
	Total	2891	54,3	484	9,1	731	13,7	787	14,8	433	8,1	5326	100
2018	Norte	255	61,6	39	9,4	40	9,7	50	12,1	30	7,2	414	100
	Nordeste	1224	69,0	134	7,5	185	10,4	158	8,9	74	4,2	1775	100
	Sudeste	560	53,8	86	8,3	121	11,6	159	15,3	114	11,0	1040	100
	Sul	260	22,3	138	11,8	245	21,0	316	27,1	208	17,8	1167	100
	Centro-Oeste	280	71,6	27	6,9	29	7,4	36	9,2	19	4,9	391	100
	Total	2579	53,9	424	8,9	620	13,0	719	15,0	445	9,3	4787	100

Fonte: Elaborada pelos autores (2020).

A região Sul ganha destaque nesta dimensão, pois apresenta uma evolução significativa nos índices de efetividade A, B+ e B: nos 4 anos, evoluiu de 46,7%, passando para 48,0%, 64,3%, chegando a 65,9%. A região Sudeste vem em seguida, com 39,1% em 2017 e 37,9% em 2018. Esta disparidade regional revela a falta de infraestrutura e planos de contingência para o enfrentamento de desastres e sinistros.



i-GovTI

A última dimensão setorial do IEGM, contida na tabela 7, é a que aborda a governança em tecnologia da informação. Embora se note uma evolução nos 4 anos, os municípios que alcançaram resultados efetivos ainda são poucos, sendo 26,4% em 2015 e 37,3% em 2018. Cerca de 60% dos municípios permanecem na faixa C, com baixo nível de adequação.

Em âmbito regional, a região Sul saiu do patamar de 36,4% em 2015 e 37,4% em 2016 de municípios nas faixas de maior efetividade (A, B+ e B), para 64,3% em 2017 e 65,9% em 2018. A região Sudeste oscilou na faixa de 30% para 40% de municípios com resultados efetivos. Já as regiões Centro-oeste (78,5%), Nordeste (76,5%) e Norte (71,0%), são as que tiveram maior parcela de municípios com baixo nível de adequação (dados de 2018).

Tabela 7 – i-GovTI

Ano	Região	C	%	C+	%	B	%	B+	%	A	%	Total	%
2015	Norte	152	68,5	26	11,7	32	14,4	11	5,0	1	0,5	222	100
	Nordeste	909	75,9	165	13,8	87	7,3	32	2,7	5	0,4	1198	100
	Sudeste	908	56,5	161	10,0	209	13,0	196	12,2	133	8,3	1607	100
	Sul	382	49,2	112	14,4	183	23,6	72	9,3	28	3,6	777	100
	Centro-Oeste	123	51,3	41	17,1	59	24,6	16	6,7	1	0,4	240	100
	Total	2474	61,2	505	12,5	570	14,1	327	8,1	168	4,2	4044	100
2016	Norte	185	64,0	45	15,6	48	16,6	9	3,1	2	0,7	289	100
	Nordeste	516	69,4	118	15,9	77	10,3	29	3,9	4	0,5	744	100
	Sudeste	931	59,7	167	10,7	177	11,4	177	11,4	107	6,9	1559	100
	Sul	374	47,2	122	15,4	185	23,4	85	10,7	26	3,3	792	100
	Centro-Oeste	90	46,6	42	21,8	42	21,8	12	6,2	7	3,6	193	100
	Total	2096	58,6	494	13,8	529	14,8	312	8,7	146	4,1	3577	100
2017	Norte	255	64,9	27	6,9	45	11,5	40	10,2	26	6,6	393	100
	Nordeste	1192	67,8	157	8,9	196	11,2	150	8,5	62	3,5	1757	100
	Sudeste	866	52,0	149	8,9	204	12,2	295	17,7	152	9,1	1666	100
	Sul	273	25,0	117	10,7	251	23,0	269	24,6	183	16,7	1093	100
	Centro-Oeste	305	73,1	34	8,2	35	8,4	33	7,9	10	2,4	417	100
	Total	2891	54,3	484	9,1	731	13,7	787	14,8	433	8,1	5326	100
2018	Norte	255	61,6	39	9,4	40	9,7	50	12,1	30	7,2	414	100
	Nordeste	1224	69,0	134	7,5	185	10,4	158	8,9	74	4,2	1775	100
	Sudeste	560	53,8	86	8,3	121	11,6	159	15,3	114	11,0	1040	100
	Sul	260	22,3	138	11,8	245	21,0	316	27,1	208	17,8	1167	100
	Centro-Oeste	280	71,6	27	6,9	29	7,4	36	9,2	19	4,9	391	100
	Total	2579	53,9	424	8,9	620	13,0	719	15,0	445	9,3	4787	100

Fonte: Elaborada pelos autores (2020).



Agregação dos Resultados: IEGM

Após a ponderação dos 7 índices setoriais, os tribunais de contas buscaram a consolidação desses resultados no Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM). Neste índice, demonstrado na tabela 8, nota-se que os municípios brasileiros, em nenhum dos anos, alcançaram a faixa altamente efetiva (A), e apenas 1% (2017) e 2,2% (2018) conseguiram a classificação como muito efetivos (B+). A maior parcela dos municípios, 40,2%, encontra-se na faixa C+, ou seja, a que representa que “em adequação”. Os demais municípios oscilam entre a faixa B (efetiva) e C (baixo nível de adequação), sendo, respectivamente, 36,1% e 21,5% em 2018.

Os dados revelam que as regiões Sul e Sudeste são as que possuem maior quantidade de municípios na faixa de efetividade (B), sendo 70,8% da região Sul e 47,5% da região Sudeste (ambos índices de 2018). Para as demais regiões, os dados de 2018 mostram que a maioria está nas faixas de adequação, sendo 80,2% da região Norte, 83,4% do Centro-oeste e 84,6% do Nordeste, revelando uma situação mais fragilizada.

Tabela 8 – IEGM

Ano	Região	C	%	C+	%	B	%	B+	%	Total	%
2015	Norte	74	33,3	106	47,7	42	18,9	0	0,0	222	100
	Nordeste	534	44,6	558	46,6	105	8,8	1	0,1	1198	100
	Sudeste	412	25,6	565	35,2	566	35,2	64	4,0	1607	100
	Sul	34	4,4	311	40,0	432	55,6	0	0,0	777	100
	Centro-Oeste	52	21,7	123	51,3	65	27,1	0	0,0	240	100
	Total	1106	27,3	1663	41,1	1210	29,9	65	1,6	4044	100
2016	Norte	180	62,3	87	30,1	22	7,6	0	0,0	289	100
	Nordeste	434	58,3	272	36,6	38	5,1	0	0,0	744	100
	Sudeste	393	25,2	529	33,9	560	35,9	77	4,9	1559	100
	Sul	52	6,6	371	46,8	365	46,1	4	0,5	792	100
	Centro-Oeste	73	37,8	94	48,7	26	13,5	0	0,0	193	100
	Total	1132	31,6	1353	37,8	1011	28,3	81	2,3	3577	100
2017	Norte	145	36,9	190	48,3	58	14,8	0	0,0	393	100
	Nordeste	798	45,4	845	48,1	112	6,4	2	0,1	1757	100
	Sudeste	274	16,4	839	50,4	547	32,8	6	0,4	1666	100
	Sul	30	2,7	298	27,3	721	66,0	44	4,0	1093	100
	Centro-Oeste	76	18,2	224	53,7	116	27,8	1	0,2	417	100
	Total	1323	24,8	2396	45,0	1554	29,2	53	1,0	5326	100
2018	Norte	146	35,3	186	44,9	81	19,6	1	0,2	414	100
	Nordeste	582	32,8	919	51,8	266	15,0	8	0,5	1775	100
	Sudeste	132	12,7	410	39,4	494	47,5	4	0,4	1040	100
	Sul	23	2,0	229	19,6	826	70,8	89	7,6	1167	100
	Centro-Oeste	146	37,3	180	46,0	63	16,1	2	0,5	391	100
	Total	1029	21,5	1924	40,2	1730	36,1	104	2,2	4787	100

Fonte: Elaborada pelos autores (2020).



II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

O IEGM é um índice multissetorial, abordando diversas dimensões das políticas públicas. É importante ressaltar que embora seja uma análise objetiva das ações executadas pelos municípios brasileiros, o impacto social destas ações depende do contexto socioeconômico no qual está inserido cada ente federativo (IRB, 2019).

Ao tratar da desigualdade de contextos de cidades inteligentes na Europa e na América Latina, os autores afirmam que é necessário identificar quais são os indicadores adequados para o continente latino-americano. A importância do contexto local para uma análise mais profunda dos indicadores ideais, pode resultar e influenciar as políticas públicas, para melhorar indicadores de baixo desempenho, e com isso, reduzir as desigualdades regionais (MARCHETTI; OLIVEIRA; FIGUEIRA, 2019).

No contexto de desenvolvimento e melhoria dos índices das regiões, vale ressaltar que é um conjunto de fatores que podem melhorar as condições econômicas e sociais da região, e com isso alcançar maior efetividade das políticas públicas. As políticas públicas de fomento ao desenvolvimento, criam oportunidades que proporcionam melhores condições de vida e desenvolvimento econômico e social (ALBURQUERQUE, 2014).

Por outro lado, deve-se levar em consideração que algumas distorções podem ocorrer na metodologia do IEGM. Ao fazer esta ponderação não se pretende afirmar que o índice e suas aferições estejam equivocados; mas os resultados das políticas públicas devem observar as realidades e especificidades locais e regionais. Tatsch *et al.* (2015) afirmam que uma política pública fora de contexto potencializa as chances de ser ineficiente, tendo que ressaltar e considerar a diversidade dos diferentes territórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou analisar as políticas públicas, utilizando-se do IEGM para verificar o nível de desenvolvimento das regiões brasileiras. O IEGM demonstrou ser um instrumento possível de aferir diversas dimensões das políticas públicas, permitindo obter um panorama geral dos municípios e regiões brasileiras.

Pode-se observar que os sete sub-índices setoriais do IEGM permeiam as três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômico, social e ambiental. Neste sentido, deve-se ressaltar o baixo desempenho na questão ambiental, onde a maior parcela dos municípios possui baixo nível de adequação das políticas públicas para o meio ambiente. Estes resultados revelam a necessidade aprimoramento das políticas públicas, visando alcançar maior efetividade nos municípios, promovendo também o desenvolvimento sustentável da região na qual está inserido.

As regiões brasileiras, por sua vez, apresentam inúmeras disparidades. Com a ação de avaliar as políticas públicas, e a partir dos resultados, é possível que os gestores públicos tenham a direção para alcançar a resolutividade nas políticas públicas, melhorando os índices e, conseqüentemente a vida do cidadão.

No campo teórico, este estudo contribui na exploração de um indicador pouco utilizado pelos pesquisadores. Neste sentido, ressalta-se que o IEGM possui um rigor metodológico que lhe



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

garante validade e aplicabilidade, com relevante base teórica. Contudo, é possível avançar no entendimento deste índice, sobretudo na inserção dos resultados em um contexto socioeconômico, a fim de que se possa avaliar os municípios a partir especificidades e contextos locais e regionais.

REFERÊNCIAS

ALBURQUERQUE, F. Política regional y desarrollo territorial en América Latina y el Caribe. **Informe GEPEC**, v. 18, n. 2, p. 1–31, 2014.

ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS. **Criação da Rede Nacional de Indicadores Públicos tem participação efetiva do TCE-PB**. Disponível em: <http://www.atricon.org.br/imprensa/criacao-da-rede-nacional-de-indicadores-publicos-tem-participacao-efetiva-do-tce-pb/>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BONNAL, P.; CAZELLA, A.; DELGADO, N. G. Subsídios metodológicos ao estudo do Desenvolvimento Territorial Rural. In: **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. Brasília: IICA, 2011. (Série desenvolvimento rural sustentável; v. 14), 2011.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 19 jan. 2020.

CICONELLO, A. A participação social como processo de consolidação da democracia no Brasil. In: **From poverty to power: how active citizens and effective states can change the world**. [s.l.: s.n.]. p. 1–12.

DORNELLAS, E. D.; OLIVEIRA, A. G. DE; FARAH JÚNIOR, M. F. Análise do sistema orçamentário na priorização de políticas públicas “secundárias”: O caso de um município paranaense de pequeno porte. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 13, n. 1, p. 81–105, 2017.

FERREIRA, C. M. S.; FONSECA, A. Análise da participação popular nos Conselhos Municipais de Meio Ambiente do Médio Piracicaba (MG). **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 3, p. 239–258, 2014.

INSTITUTO RUI BARBOSA. **Índice de Efetividade da Gestão Municipal - IEGM Brasil**. Disponível em: <http://iegm.tce.sp.gov.br/iegm/help.html>. Acesso em: 9 dez. 2019.

INSTITUTO RUI BARBOSA. **Professor Jacoby anuncia o IEGM como solução nova e criativa para a efetividade das políticas públicas municipais**. Disponível em: <https://irbcontas.org.br/professor-jacoby-anuncia-o-iegm-como-solucao-nova-e-criativa-para-a-efetividade-das-politicas-publicas-municipais/>.

IRB, I. R. B. **Índice de Efetividade de Gestão Municipal**, 2019. Disponível em: https://www6.tce.ma.gov.br/iegm_util/ranking.zul.

JOYAL, A.; BESSA, L. F. M. Inteligência territorial e desenvolvimento sustentável: exemplos



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

marroquinos e brasileiros. **Informe Gepec**, v. 16, n. 1, p. 6–25, 2012.

LOURENÇO, M. S. Políticas públicas e desenvolvimento. In: **Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável: agentes e interações sobre a ótica multidisciplinar**. [s.l.] Vozes, 2005.

MARCHETTI, D.; OLIVEIRA, R.; FIGUEIRA, A. R. Are global north smart city models capable to assess Latin American cities? A model and indicators for a new context. **Cities**, v. 92, p. 197–207, 2019.

MEDEIROS, I. B.; LUCENA, A. F. Desenvolvimento regional no federalismo brasileiro: políticas para educação. **Revista Brasileira de Gestao e Desenvolvimento Regional**, v. 13, n. 3, p. 276–294, 2017.

PASSOS, G. O.; AMORIM, A. DE C. A Construção do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (Iegm). **Revista FSA**, v. 15, n. 6, p. 241–259, 2018.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, v. 8, n. 2003, p. 20–45, 2006.

TATSCH, A. L. et al. Análise de políticas para aglomerações no Brasil e em países europeus selecionados. **Planejamento e Políticas Públicas**, v. 44, 2015.

TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA. **Índice de efetividade da gestão municipal - Manual 2019**.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Índice de Efetividade da Gestão Municipal**. Disponível em: https://www.tce.sp.gov.br/sites/default/files/publicacoes/manual-iegm-tcesp_0_0.pdf. Acesso em: 6 dez. 2019.



OBSERVADR

